

MUNDA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO
GAAC—Grupo de Arqueologia e Arte
do Centro

FUNDADO EM 1977

Legalização jurídica por escritura notarial em
11/5/1978. Diário da República de 28/6/78.

Escritura de alteração dos Estatutos com publicação
no Diário da República, III Série, n.º 295, 24/12/1983.

Escritura de alteração dos Estatutos de 17/3/1994,
Diário da República, III Série, n.º 92, de 20/4/1994.

Instituição de Utilidade Pública (Diário da República, II
Série, n.º 149, de 02/07/1987)

DIRECTOR

Mário Mendes Nunes

SUBDIRECTOR

António Nunes Pinto

ASSISTENTES DE DIRECÇÃO

António Gonçalves

António Quinteira

Isaltina Martins

João Azevedo

José Branquinho de Carvalho

José Manuel Azevedo e Silva

Maria Laura Gomes

Maria Manuela Andrade

Zulmira Bento

SECÇÃO GRÁFICA

Mário Nunes

Zulmira Bento

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Isaltina Martins

Maria Laura Gomes

REDACÇÃO

Sede do GAAC

Rua do Corvo, 39-3.º

Tel. 27624 — 3000 COIMBRA

Os artigos assinados são da inteira responsabilidade dos autores.

A Direcção da MUNDA agradece toda a colaboração, reservando-se, porém, o direito de seleccionar os trabalhos recebidos.

Pág.

- * SANTA CLARA-A-VELHA DE COIMBRA
— Das origens aos presentes trabalhos
de recuperação3
António Filipe Pimentel
- * EVOLUÇÃO VINCULATIVA-HUMANA DA HERDADE MEDIEVAL DE ANSIÃO (Séc. XII-XIII)
— A solicitude do Mosteiro de Santa Cruz no termo de Coimbra14
José Eduardo Reis Coutinho
- * O SEMINÁRIO DE COIMBRA29
A. Brito Cardoso
- * (NOVA) LEITURA DE VILLA CARDILIUM ... 39
António Jorge da Silva
- * HERÁLDICA DE COIMBRA: "OS CABRAIS METELOS"43
Pedro da França Machado
- * O MOSTEIRO E O BURGO DE CELAS
Breves apontamentos51
José Manuel Azevedo e Silva
- * DA ARTE DE CURAR À MEDICINA CIENTÍFICA..... 59
José Chorão Vinhas
- * DOCUMENTA..... 63
Mário Nunes
- * SOPA DE PAIS COM FILHOS 67
Paulo Mello
- * NA ROTA DO PATRIMÓNIO, SUA DEFESA E DIVULGAÇÃO
— O GAAC sempre no caminho traçado.....78
Isaltina Martins

Na capa: — Pormenor da fachada do Convento de Santa Clara-a-Velha

Foto de VARELA PÊCURTO

Composto e impresso na Tipografia Comercial, Coimbra, 5/94

Depósito Legal n.º 1397/82

GAAC — Pessoa Colectiva n.º 500 801 533

MUNDA

COIMBRA

N.º 27

MAIO

1994

SANTA CLARA-A-VELHA DE COIMBRA

DAS ORIGENS AOS PRESENTES TRABALHOS DE RECUPERAÇÃO

António Filipe Pimentel*

*Campos de Coimbra... Além da ponte... Santa Clara-a-Velha...
E dentro desta, rezando, amando, sofrendo,
Isabel de Aragão, Inês de Castro, D. Joana de Castela...*

TOMÁS DA FONSECA

Do que foi o antigo Convento de Santa Clara e Santa Isabel, erguido no século XIV na margem esquerda do Mondego por iniciativa da Rainha D. Isabel de Aragão, sobreviveu até aos nossos dias pouco mais do que a Igreja, ela própria soterrada em boa parte pelos depósitos aluviais transportados pelo rio, que desde muito cedo a ameaçaram (1). Todavia, esse mesmo aspecto arruinado que o tempo lhe conferiu e a eterna presença da água nas suas naves, contribuiriam para a envolver numa aura romântica e fantástica que, aliada às histórias e lendas a ela ligadas — os milagres da Rainha Santa, os trágicos amores de Pedro e Inês, a silenciada revolta da *Excelente Senhora*, — lhe conquistaria desde cedo um lugar ímpar no imaginário e nas afeições dos portugueses e dos conimbricenses em particular.

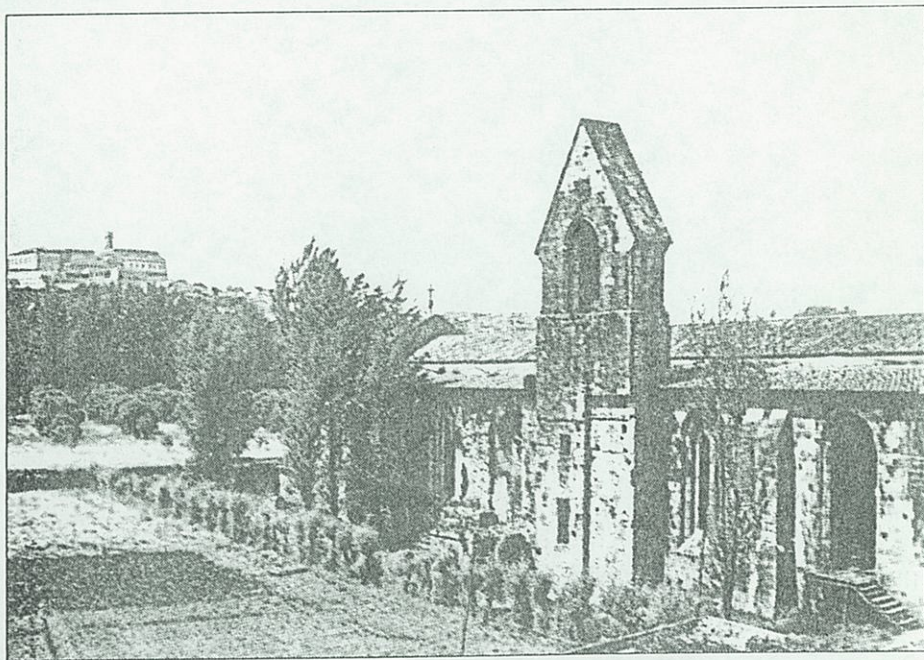
Todas estas razões, a que se acrescenta o seu intrínseco valor arquitectónico, como edifício fundamental para o estudo da introdução do gótico em Portugal e, em especial, das construções erguidas pelas ordens mendicantes (2), justificam

*Assistente do Instituto de História da Arte da FLUC.

(1) Sobre o assoreamento do Mondego e as cheias sazonais veja-se MARTINS, Alfredo Fernandes, *O esforço do homem na bacia do Mondego*, Coimbra, 1940, pp. 173/206.

(2) Cfr. MACEDO, Francisco Pato de, *A arquitectura gótica na bacia do Mondego nos sécs. XIII e XIV*, Trabalho de síntese, policopiado, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra como prova de capacidade científica, Coimbra, 1988, pp. 29/39.

o interesse e a curiosidade que permanentemente rodeiam o velho monumento, naturalmente recrudescidos desde que, finalmente, se iniciaram trabalhos de recuperação, em boa hora empreendidos sob a égide do Instituto Português do Património Cultural, agora denominado Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Destes é, decerto, ainda cedo para falar. Deveremos aguardar pelos resultados. Mas valerá, talvez, a pena, no momento em que a cidade assiste à concretização de um dos seus mais caros anseios, evocar com algum detalhe a história e a evolução de um edifício a vários títulos fascinante, de molde a compreender a sua actual configuração e, bem assim, analisar o sentido que revestiram as intervenções a que, no presente século, foi sujeito e que lhe imprimiram também a sua marca.



Perspectiva da fachada Sul da igreja do Mosteiro e do morro da Alcáçova, antes dos actuais trabalhos de recuperação

Fundado inicialmente em 1286 por D. Mor Dias, piedosa e rica senhora recolhida no Mosteiro das Donas anexo ao masculino de Santa Cruz, o convento teve vida acidentada até alcançar a protecção da Rainha Santa, o que aconteceria, ao menos de modo explícito, apenas vinte anos mais tarde. Efectivamente, D. Mor pretendeu dispor dos seus bens próprios e fundar uma casa religiosa que entregaria,

em 2 de Janeiro de 1287 à Ordem de Santa Clara, mas a sua decisão seria violentamente contestada pelos Crúzios, que assim se viam despojados de bens que já tinham como seus, com base no facto de D. Mor ter tomado o hábito das donas de Santa Cruz e se encontrar, desse modo, privada da liberdade de tomar decisões sobre os seus haveres.

Tem então início um longo, complexo e

intempestivo conflito, opondo os cônegos regrantes à ilustre dama, que chegaria a ver-se confrontada com a excomunhão e é nesta fase do processo que D. Dinis e, seguidamente, D. Isabel, intervêm junto do bispo de Coimbra, D. Aimérico, a fim de alcançarem, aliás sem sucesso, a conciliação das partes. Morta D. Mor em 1302, o mosteiro terminaria também por ser extinto, em 1311, recebendo os Crúzios parte da herança da fundadora. Posteriormente, porém, os frades viriam a contestar o convénio e é então que a soberana decide tomar o caso sob a sua alçada, impetrando do pontífice autorização para restaurar o mosteiro, o que efectivamente obtém (3), iniciando, em consequência, novas obras, a partir de 1316, a cargo de Domingos Domingues, o construtor do claustro dionisino de Alcobça (4).

Há, pois, como refere A. Nogueira Gonçalves (5), duas fases na construção de Santa Clara-a-Velha, a primeira das quais, certamente modesta, seria dinamizada por D. Mor, com primeira pedra lançada em 1286 e constaria de igreja, dormitório e algumas oficinas. Não sabemos o que D. Isabel conservou do mosteiro primitivo (6) mas a própria Rainha se refere no seu testamento, datado de 1327,

à igreja velha, que ficaria a servir de casa do capítulo na nova ordenação do plano monástico (7). Quanto à *igreja nova*, estaria já praticamente concluída em 1330, procedendo-se à sua sagração em 8 de Julho desse mesmo ano. O convento foi destinado pela Rainha para sua sepultura e recolhimento de viuvez (8) e fez construir adjacente aos edifícios monásticos, por ficar distante a Alcáçova, um Paço para sua moradia e dos príncipes da sua família que o desejassem (9) e um hospital, o *hospício de Santa Isabel*.

Aí viveu os últimos anos da sua vida e aí se desenrolaria, no reinado seguinte, o drama de Inês de Castro, que receberia sepultura sob as lajes da igreja monástica, antes que o cérebro encandescido do *Cruel* a fizesse exumar e transportar em nocturno e fantástico préstito para o sumptuoso túmulo que lhe reservara, junto ao seu, na Real Abadia de Alcobça. Na verdade, se exceptuarmos o contributo que futuras escavações possam eventualmente trazer-nos revelando os alicerces (pouco mais restará) das edificações monásticas erguidas a sul da actual igreja e entre as quais se incluía, transformado como vimos em casa do capítulo, o primitivo templo contemporâneo da primeira fundadora do

(3) veja-se, sobre este assunto, LOPES, F. Félix, "As primeiras Clarissas em Portugal", *Colectânea de Estudos*, 2.ª Série, n.º 2, Braga, 1952; *idem*, "Fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Problemas de direito medieval", *ibidem*, n.º 4, Braga, 1953 e MONTEIRO, Maria Teresa e SOUSA, José João Rigaud de, "Notas sobre o pleito entre D. Mor Dias, fundadora do Convento de Santa Clara de Coimbra e os cônegos do Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra)", *Estudos Medievais*, n.º 1, Porto 1981.

(4) Cfr. DIAS, Pedro, "Domingos Domingues, arquitecto régio do século XIV", *Mundo da Arte*, n.º 5, Coimbra, 1982.

(5) *Inventário Artístico de Portugal - Cidade de Coimbra*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1947, p. 72b.

(6) A este respeito apenas Fr. Manuel da ESPERANÇA, na *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. II, 2.ª Parte, Livro VI, Lisboa, 1666, p. 22, refere: "*Deulhe stio* [D. Mor], *da outra parte do Mondego a respeito da cidade da cidade, na despedida do campo, & no lugar, onde agora ho vemos: algum tanto mais acima, mas tão perto, que quando o ampliou a dita Rainha Santa foi enfiando hum com o outro, os edifícios ambos, & fez casa de capitolo na Igreja, que agora se obrou*. Veja-se também VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão*, Coimbra, 1894, vol. I, pp. 87/88 e 90/91.

(7) Cfr. nota *supra* e VASCONCELOS, António de, ob. cit., vol. II, p. 13.

(8) Efectivamente, é no segundo testamento, que temos referido, que D. Isabel esclarece a sua intenção de ser sepultada em Santa Clara de Coimbra; no primeiro, datado de 1314 e, portanto, anterior ao arranque das obras do mosteiro, expressa a vontade de ser enterrada em Alcobça, diante do altar-mor, "*ali hu se El rey manda soterrar*". Cfr. VASCONCELOS, António de, ob. cit., vol. II, p. 3. Também D. Dinis, como se sabe, mudaria de opinião, vindo a receber sepultura no mosteiro cisterciense de Odivelas.

(9) Cfr. *idem*, *ibidem*, vol. I, pp. 92/93 e 121 e vol. II, 16/17.

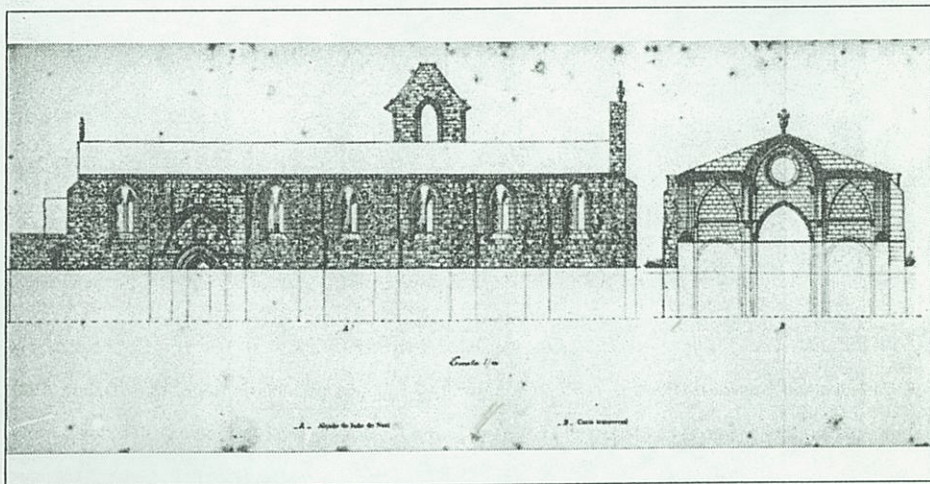
convento D. Mor Dias (10), nada resta hoje que não pertença já à iniciativa de D. Isabel de Aragão. À igreja e a alguns vestígios do Paço da Rainha se resume, aliás, o que foi uma das mais importantes casas claristas de Portugal, riscada com a largueza que permitiam os abundantes meios económicos da sua protectora.

O templo orientava-se sensivelmente de Nascente para Poente. A Norte precedia-o um vasto pátio, ao qual se acedia por um portal, fronteiro ao da igreja e próximo da entrada da ponte denominado *porta do couto* ou *da cadeia*, comunicante com outro, mais pequeno, a Oeste, no qual se entrava pela *porta da rosa* e que dava serventia à portaria, à casa da entrada e a uns aposentos que a Rainha reservara para si e que, em virtude de faculdade apostólica que obtivera, lhe permitiam penetrar no Mosteiro sempre que o entendesse (11).

A igreja compõe-se de três naves, sem

transepto, rematadas pela capela-mor e por dois absidiolos na continuação de cada uma delas. Na fachada Norte, a mais harmoniosa, rasgou-se a porta principal, no segundo tramo, sob um alpendre hoje desaparecido (12); na do Sul, a porta do claustro, um pouco mais modesta, no quarto tramo, dando acesso ao coro das religiosas, separado da zona destinada aos fiéis por uma parede que cortava transversalmente o templo a toda a largura, entre o terceiro e o quarto tramos e que impedia qualquer comunicação entre os dois espaços. Ainda uma terceira porta, ao fundo da nave central do coro, meramente utilitária, pequena e estreita, abria comunicação com a casa da entrada contígua à portaria, como vimos, no topo ocidental da igreja (13).

O grosso das dependências monásticas adossava-se, porem, à fachada meridional: aí, em torno do claustro principal e de um outro, mais pequeno, utilitário, que se



Alçado Norte do templo e corte transversal (desenho de Ed. Ferraz realizado de acordo com as sondagens para o livro de António de Vasconcelos *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão*).

(10) O qual continuaria a abrigar os officios divinos até à sagração da igreja nova. Cfr. ESPERANÇA, Fr. Manuel da, ob. cit., vol. II, 2.ª Parte, Livro VI, p. 22.

(11) Cfr. VASCONCELOS, António de, ob. cit., vol. I pp. 143/145.

(12) Cfr. *idem, ibidem*, vol. I, p. 156.

(13) Cfr. *idem, ibidem*, vol. I, pp. 153/159.

erguia na sua continuação, articulavam-se os vários aposentos: refeitório, casa do capitulo, dormitório, casa de abluções, oficinas etc., apresentando a forma de um quadrilátero assaz irregular, cujos lados apresentavam as seguintes medidas aproximadas: Este-176,5m; Norte-76,5m; Oeste-132m; Sul-169,4m (14). Mais tardio, o claustro principal seria erguido já por Estevão Domingues, provavelmente irmão de Domingos, na segunda metade do século XIV. As sondagens efectuadas levariam a concluir que seria coberto de abóbadas de berço contínuo (15) sobre as quais corriam terraços (16) e os relatos antigos descrevem-no "*todo tecido em arcos: huns grandes, outros pequenos; huns abertos, outros fechados com redes da mesma pedra, por galante artifício*" (17).

No sentido sudeste, por último, mas completamente independentes, ficavam o pequeno paço que a Rainha edificara para si, bem como o hospício e capela adjacentes, restando apenas do primeiro um paramento com duas janelas de execução corrente. Situavam-se a oriente das edificações monásticas, fora dos muros da clausura e próximo do topo da actual Rua das Parreiras e compunham um pequeno grupo de edificações separadas por um pátio designado de *terreiro do meio*, junto do qual se erguia também uma torre, um cemitério e algumas casas mais modestas, destinadas a servidores da soberana e que constituiriam o embrião do antigo burgo de Santa Clara (18). De todas, era decerto o *Hospício* a mais interessante, centrado na capela privativa, sagrada em 1328 e dedicada a Santa Isabel da Hungria

e dividido em duas alas, masculina e feminina, destinada cada uma a albergar 15 pobres de honestidade comprovada (19).

As obras dos claustros e do conjunto palatino são, porém, necessariamente algo mais tardias do que as da igreja. Nesta, o contacto estreito de Domingos Domingues com a estética cisterciense, que a obra de Alcobaça permitiu, leva-o a ensaiar inovações que, até pelas dificuldades experimentadas e pelas hesitações e deficiências que facilmente se revelam num edifício que justamente se pode considerar pioneiro, adquirem hoje a maior importância para o estudo da arquitectura gótica, que dava então em Portugal os seus primeiros passos. As colunas misuladas que sustentam os arcos torais da nave central, as abóbadas de cruzaria das naves laterais — solução experimentada também na nave central, mas logo abandonada a favor de um esquema tradicional de berço quebrado —, atestam a presença do modelo alcobacense. Impedido pelas lacunas da sua formação técnica de o levar às últimas consequências, não deixaria apesar de tudo Domingos Domingues de construir um edifício austero e *românico* ainda, certamente, pela quantidade de material empregue mas, não obstante, grandioso e já *gótico*, pelo sentido da luz e da verticalidade expresso na notável elevação das coberturas que, mau grado os assinaláveis desvios verificados, consegue erguer quase à mesma altura (20).

A presença estimulante e mesmo, ao que parece, activa, da Rainha, que, a crer nos seus biógrafos, não apenas "*ella mesma traçava* (os edifícios) *na idea, &*

(14) Cfr. *idem, ibidem*, vol. I, p. 147.

(15) Cfr. GONÇALVES, A. Nogueira, "A arte medieval em Coimbra, séc. X-séc. XV. Aspectos Gerais", *Estudos de História da Arte Medieval*, Epartur, Coimbra, 1980, pp. 85/87.

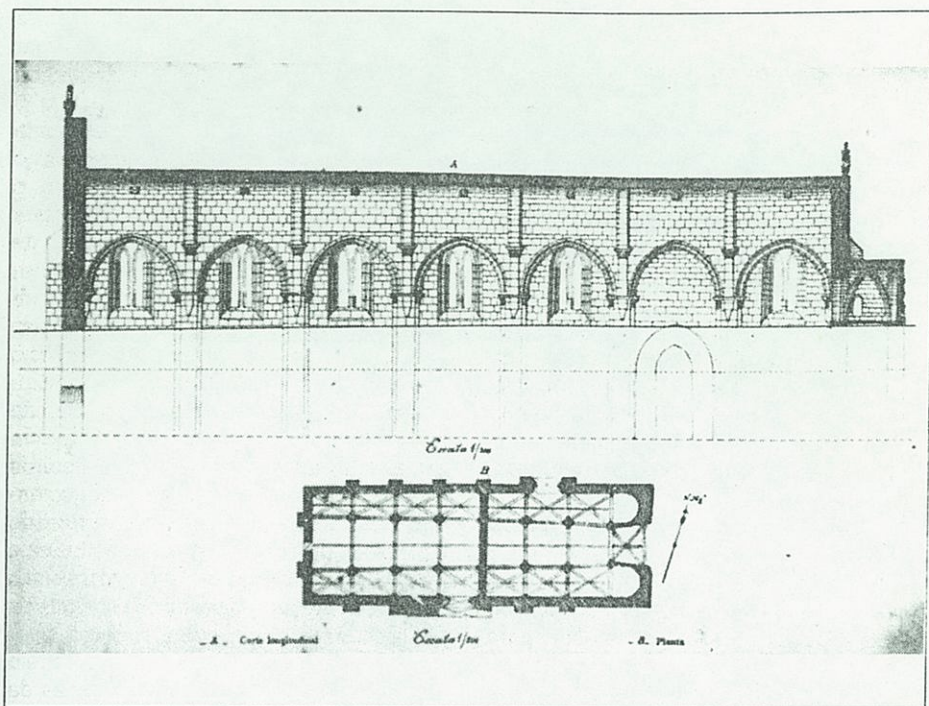
(16) VASCONCELOS, António de, ob. cit., vol. I p. 164.

(17) ESPERANÇA, Fr. Manuel da, ob. cit., vol. II, 2.ª Parte, Livro VI, pp. 33/34.

(18) Cfr. VASCONCELOS, António de, ob. cit., vol. I pp. 194/200.

(19) *Idem, ibidem*, vol. I, pp. 125/128.

(20) Veja-se DIAS, Pedro, ob. cit., pp. 6/7 e MACEDO, Francisco Pato de, ob. cit., pp. 33/39 e "Isabel de Aragão, Rainha de Portugal e a arte em Coimbra", *Relaciones Artísticas entre España y Portugal*, Junta de Castilla y Leon - Consejería de Educación y Cultura, Salamanca, 1986, pp. 159/160.



Corte longitudinal e planta do templo (desenho de Ed. Ferraz realizado de acordo com as sondagens para o livro de António de Vasconcelos *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão*).

debuxava depois as plantas, tão ajustadas com as regras da boa Architectura, que os mestres mais peritos se governavão por ellas", como "*assistia pessoalmente às obras..., com tanta aplicação, & cuidado, que nem os grandes negócios a podiam divertir*" (21), deve ter contribuído para imprimir aos trabalhos um ritmo acelerado pois, como se viu, já em 1330 se procedia à sagração do novo templo, no meio do qual avultava o esplêndido túmulo de pedra de Ançã que mandara fazer para sua sepultura. Com a conclusão das obras na igreja, dirigidas nesta fase por Estevão Domingues após a morte de Domingos Domingues, tinha início, contudo, uma

existência acidentada para as monjas, marcada pela luta constante contra a água que, progressivamente, invade as dependências conventuais, em consequência do rápido processo de assoreamento do rio.

Efectivamente, logo em 1331 uma cheia de inusitadas proporções penetra por tal modo na igreja que chega a cobrir o túmulo real (22). Este motivo e o embaraço que o mausoléu, com as respectivas grades, causava na nave central, em face do reduzido espaço reservado aos fiéis (os três

(21) ESPERANÇA, Fr. Manuel da, ob. cit., vol. II, 2.ª Parte, Livro VI, pp. 33/34.

(22) VASCONCELOS, António de, ob. cit., vol. I pp. 61 e 165.

primeiros tramos do edifício), levam D. Isabel a ordenar a construção de uma abóbada quase à altura das janelas, ao fundo da igreja e a toda a largura, tomando por eixo a parede divisória do coro, aquém e além da qual se prolongava até aos pilares imediatos. O espaço assim conseguido reservava-se, do lado do templo, para sua capela sepulcral, colocando-se aí o seu túmulo e o de uma neta do mesmo nome que criara, bem como um altar, no tramo central fronteiro à grade; do lado oposto, constituía uma tribuna ou coreto; através do qual as religiosas poderiam assistir aos ofícios e rezar por sua alma. Contudo, esta construção privaria, a igreja da luz de duas janelas, já que a do lado da Epístola passou a iluminar apenas a capela sepulcral, enquanto a do lado do Evangelho se utilizou como porta de acesso, com o auxílio de uma escada exterior que subsistiu até ao século XII. É, pois, para remediar esta situação, que se decide abrir no flanco Sul, sobre a porta do claustro, a rosácea que ainda existe e que permitiu iluminar desse lado o coreto (23).

Ciclicamente perturbada pela invasão das águas, a vida prossegue, todavia, no convento, que recebe regularmente profissões e sepulturas ilustres, como atesta o arcosólio acarelado de D. Isabel Coutinho emergindo das águas na nave sul do templo. Mas prossegue em circunstâncias precárias: no século XV já qualquer pequena cheia entrava no convento e, no seguinte, as condições de habitabilidade são dramáticas. As águas residem permanentemente dentro dos edifícios (24), vendo-se as freiras constringidas a abandonar definitivamente a parte inferior, cortadas as comunicações com muitas das dependências do piso térreo e convertido o celebrado claustro num enorme tanque

entulhado de água e lodo — “*cisterna viva, que nem no verão se seca*”, como lhe chamou Fr. Manuel da Esperança —, em torno do qual se improvisavam andares superiores (25). A ruína do Paço da Rainha em 1559, seguida de perto pela do hospício (26), adquire assim o valor de um símbolo da decadência a que se chegara.

Impedida a realização dos actos do culto no interior da igreja e das orações no coro, socorrem-se as freiras da capela sepulcral, onde se celebram as cerimónias, assistindo elas através do coreto ou tribuna contíguo (27). Como, porém, a passagem era feita pelo coro e a água obstava a que aí se acesse, rasgam uma pequena porta na parede meridional, em comunicação com o terraço que corria sobre a abóbada do claustro. É em vista desta situação que intervém o bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco, empreendendo entre 1612 e 1615 a construção de uma abóbada de tijolo no mesmo plano da que sustentava a capela sepulcral e o coreto (28) e que assim dotava o edifício, de topo a topo, de um piso intermédio, que transformava a parte inferior numa dupla cisterna (separada pela parede divisória do coro) definitivamente abandonada.

Em consequência, ordena a demolição da parede que limitava a capela sepulcral, que desaparecia desse modo, prolongando-se o templo até às grades do coro, pelo que o túmulo ficaria, assim, praticamente ao fundo da igreja. O bispo organiza então uma nova capela sepulcral e um novo coreto, limitados agora aos dois tramos da nave da Epístola contíguos à parede divisória do coro, que nesse local se abria através de um duplo arco de cantaria, destinado a albergar o túmulo de prata que o magnífico prelado, como grande impulsionador do processo canónico da

(23) Cfr. *idem, ibidem*, vol. I, pp. 61/62 e 160/162.

(24) *Idem, ibidem*, vol. I, p. 174.

(25) ESPERANÇA, Fr. Manuel da, ob. cit., vol. II, 2.ª Parte, Livro VI, p. 36.

(26) VASCONCELOS, António de, ob. cit., vol. I, pp. 209/210.

(27) *Idem, ibidem*, vol. I, p. 180.

(28) *Idem, ibidem*, vol. I, pp. 180/183.

Rainha, lhe mandou fazer e que ostenta a data de 1613 (29).

Nestes termos continuou a vida monástica em Santa Clara-a-Velha por mais meio século ainda, até ao ano de 1677, em que as religiosas transitam, enfim, para o mosteiro novo que desde 1647 se vinha erguendo no monte sobranceiro. Por esse tempo, porém, era já dificilmente suportável a permanência nas velhas estruturas convertidas em pântano insalubre. Mantinha-se aberta ao culto a igreja (30), mas boa parte das dependências conventuais tinham já ruído em consequência das cheias e do assoreamento. No *Espital*, de que apenas restava a capela de *ssanta Helisabet* ainda em funções, haveria que erguer o altar sobre doze degraus para o colocar ao abrigo das águas (31).

Com a mudança de casa, as freiras iniciam a alienação por aforamento do domínio útil da cerca e construções anexas procurando, contudo, salvaguardar a realização dos actos de culto no interior da igreja e mesmo, na medida do possível, o que restava das construções monásticas (32). Em 1770, porém, a Câmara determina, por razões de saúde pública, a demolição do que resta de área conventual (33), encontrando-se igualmente já profanada e reduzida a pardiheiro a capela do Hospício em 1775 (34). Com o tempo, as construções monásticas deixam mesmo de ser visíveis à superfície do solo, de-

sendo-se ao Dr. António de Vasconcelos a descoberta do Paço da Rainha, bem como o levantamento da primeira planta sistemática do conjunto monumental. Mais tarde, quando das obras de restauro realizadas já no nosso século, surgiram a pouca profundidade, na zona fronteira à fachada Sul do templo, capitéis duplos naturalistas de uma época mais avançada do que a igreja, pertencentes certamente ao antigo claustro (35).

Profanada esta, enfim (36), os arrendatários subdividem o espaço interior sobre o pavimento seiscentista, adaptando-o a habitação e albergue de animais, situação que não se altera quando, em 1835, é adquirida, com os terrenos anexos, por António Maria de Castro Osório. Durante este período, o edifício sofre mutilações várias, a mais dramática das quais consistirá, sem dúvida, na destruição de parte da ábside central, com a finalidade de a substituir por uma eira (37).

É, pois, neste estado de ruína e esquecimento que se chega ao século XX. Entretanto, contudo, iam sendo despertadas as atenções em torno do velho e emblemático edifício e surgem esforços isolados com vista à sua recuperação. Efectivamente, desde 1872 que o desconhecimento existente sobre a estrutura inferior da igreja, oculta desde o século XVII pelo pavimento alto, se vira em boa parte colmatado pelo relato da exploração realizada pelo arqueólogo Augusto Filipe Simões que, em companhia de alguns amigos, a percorreu num pequeno barco (38). Surgiriam, assim, informações de

(29) Cfr. *idem, ibidem*, vol. I, pp. 182 e 184 e PIMENTEL, António Filipe, "As empresas artísticas do bispo-conde D. Afonso de Castelo-Branco", *Mundo da Arte*, n.º 8-9, Coimbra, 1982, pp. 64/65.

(30) VASCONCELOS, António de, ob. cit., vol. I, p. 187.

(31) *idem, ibidem*, vol. I, p. 212.

(32) *idem, ibidem*, vol. I, pp. 145 e 187/188 e vol. II, pp. 360/365.

(33) *idem, ibidem*, vol. II, pp. 358/359.

(34) *idem, ibidem*, vol. I, p. 212.

(35) GONÇALVES, A. Nogueira, ob. cit., p. 75a.

(36) VASCONCELOS, António de, ob. cit., vol. I, p. 193. Ainda por algum tempo, contudo, se conservou reservada ao culto a pequena capela construída por D. Afonso de Castelo Branco.

(37) *idem, ibidem*, vol. I, pp. 144, 154 e 193/194.

(38) Veja-se SIMÕES, Augusto Filipe, "Navegar entre ruínas", *Escritos Diversos*, Coimbra, 1888, pp. 110/117. A visita à igreja ocorre nos dias 12 e 14 de Outubro de 1872, percorrendo, respectivamente, o coro e o templo propriamente dito. Este relato seria publicado no próprio ano in *Artes e Letras* (pp. 154/158) e, posteriormente, também por António de VASCONCELOS (ob. cit., vol. II, pp. 450).

grande interesse sobre a parede divisória do coro, o aparelho de construção das abóbadas — onde a campanha isabelina, correspondente à erecção da capela sepulcral, se distingue bem da seiscentista, que levou ao abobadamento geral do edifício —, o estado da cobertura dos absíditos, o arcosólio de D. Isabel Coutinho, etc.

Mas é, sobretudo, com a publicação, em 1894, da obra do Dr. António de Vasconcelos sobre a evolução do culto de D. Isabel de Aragão, que se realiza o primeiro estudo sistemático e com carácter científico envolvendo a figura tutelar da Rainha Santa e os edifícios conventuais de Santa Clara-a-Velha e a partir do qual, graças às sondagens efectuadas para o levantamento da planta geral, ficamos a conhecer, ao menos nas suas grandes linhas, a estrutura do conjunto monástico. E, paulatinamente, a própria evolução dos estudos de História da Arte — graças aos esforços de Vergílio Correia, A. Nogueira Gonçalves e, mais recentemente, Pedro Dias (a quem se deve a descoberta da autoria do risco) e Francisco Pato de Macedo (no que respeita ao mecenato artístico de D. Isabel de Aragão e à arquitectura das ordens mendicantes) — levaria, não apenas a um mais amplo conhecimento do edifício, como ao seu reconhecimento enquanto veículo da difusão do gótico na bacia do Mondego.

Com efeito, já em 1926, Tomás da Fonseca, em nome do Conselho de Arte e Arqueologia do Centro, propunha um *plano de limpeza e consolidação* (39). Em vista das constantes restrições orçamentais e embora sem considerar insolúvel o problema da extracção das águas, limitasse a defender a abertura de clarabóias de iluminação e arejamento no pavimento superior, efectuando-se a visita ao inferior (ao menos entre a primavera e o outono) com o auxílio de um barco aí colocado para o efeito. Sobretudo, porém, defendia

a construção de um dique em rampa suave que impediria a invasão das águas e, fundamentalmente, teria o mérito de por a descoberto em grande parte da sua altura o paramento exterior da igreja, cuja leitura se encontra prejudicada pelo assoreamento a que foi sujeita.

Enfim e, em especial, a partir do momento em que o edifício é arrendado pelo Estado à família de D. Miguel de Alarcão, a quem por herança pertencia (1925), têm início os primeiros trabalhos de limpeza, consolidação e restauro, que se prolongariam até aos finais da década de 40 e cujo programa, definido em 1932 durante uma visita efectuada ao local pelo arquitecto director dos Monumentos Nacionais e pelos Doutores António de Vasconcelos e Vergílio Correia, seria depois divulgado por este último num artigo publicado na *Gazeta de Coimbra* a 8 de Maio de 1934, intitulado *A Restauração de Santa Clara*.

Em termos gerais propunha-se a libertação do monumento de todas as paredes, tabiques, sobrados, portas, janelas, escadas, etc., erguidos durante os anos em que esteve afectado a usos agrícolas; o levantamento da maior parte do pavimento seiscentista, de molde a descobrir a superfície da água, cuja entrada no monumento se afigurava impossível de evitar e que permitiria, assim, salientar todo o recorte da planta interior das naves e cabeceira, conservando apenas o suficiente para o trânsito e permanência dos visitantes; a reconstrução de todas as janelas geminadas, rosáceas, absíditos, etc.

Entretanto, o decurso das obras de consolidação e limpeza revelava por si só aspectos importantes da estrutura do edifício, que permitiam ir mais longe no trabalho de reconstituição: o levantamento dos telhados trazia à luz a primitiva cober-

(39) *Santa Clara-a-Velha de Coimbra*, Coimbra, 1926, pp. 57/60.

tura que evidenciava a desigual elevação das naves; descobriam-se, sob o entulho, os originais limites da capela-mor, que possibilitariam reerguer os feixes de colunelos entre os janelões e os respectivos mainéis até à altura das impostas, chegando mesmo a propor-se o reabobadamento da ábside (afinal não realizado); efectua-se, com base nos achados, a colocação do preenchimento da rosácea Nascente, o que não viria a acontecer na do Poente, apesar de Vergílio Correia noticiar a existência de numerosos fragmentos (refaz-se, todavia, a sua moldura), etc.

Emprende-se então a limpeza e restauro das abóbadas, da empena do campanário, das cornijas modilhonadas dos absíditos, refazem-se cantarias nas paredes, nas janelas, nos gigantes exteriores, substituem-se ou colocam-se onde faltavam pilares, colunas e colunelos com suas bases e capitéis, reconstituem-se as cruces armoadas das empenas do telhado e o monumento ressurgiu, tal como hoje o vemos, emergindo das águas pantanosas ao ritmo das cheias do Mondego, carenciado, evidentemente, de uma solução mais sistemática, mas liberto, todavia, das mutilações e acrescentos que os dois últimos séculos lhe tinham imposto e, em todo o caso, dignificado em consequência dos volumosos trabalhos empreendidos.

Com efeito, levados a cabo sob a orientação de dois homens eminentes pelo seu saber e probidade científica, como o eram António de Vasconcelos e Vergílio Correia (40), os trabalhos realizados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (41) foram, deve dizer-se, pautados por critérios de rigor, seriedade e respeito pela arquitectura do velho templo. A operação, que se prolongou fundamentalmente por

duas décadas (1928-1948), norteou-se basicamente em dois sentidos: remoção das estruturas que o mascaravam, erguidas no período em que esteve adstrito a finalidades agrícolas e reconstituição de todos os elementos que o permitissem. E, de acordo com este desiderato, nada foi inventado, recreado ou objecto de fantasias mais ou menos medievalizantes; antes restituído à sua configuração primeira, com base nos elementos que foi possível encontrar.

Todavia, a *filosofia* que presidiu às campanhas de restauro ressentiu-se, como não poderia deixar de ser, dos naturais condicionalismos epocais, que se cifravam na ambição de restituir ao edifício o seu primitivo aspecto, depurando-o de todos os acrescentos posteriores, de molde a evidenciar a sua *pureza* original. Esta concepção, que se alimentava nas propagandas doutrinárias de Viollet-le-Duc e que em Coimbra fizera escola desde o restauro da Sé Velha em finais do século passado, era o produto da romântica importância que se atribuía à Idade Média e, quando muito, ao Renascimento, como períodos mais fecundos da civilização europeia, após o que as formas (como a cultura) tinham entrado em decadência e que, em virtude do estado embrionário dos estudos de História da Arte, em especial no que respeita às épocas posteriores, levaria a valorizar, entre os sedimentos acumulados pelo tempo, exclusivamente o estrato medieval.

Nesta perspectiva, os trabalhos de restauração orientam-se essencialmente para a valorização da estrutura primitiva, embora os perpétuos condicionalismos físicos e económicos não permitissem

(40) O primeiro redigiria igualmente um artigo sobre este assunto intitulado "A velha igreja conventual de Santa Clara e Santa Isabel" (*Correio de Coimbra*, 19.12.1931).

(41) Para maior esclarecimento, consultar os próprios arquivos da D.G.E.M.N. - Centro, onde as campanhas de restauro se encontram amplamente documentadas através de fotografias, relatórios, correspondência, etc.

chegar às últimas consequências. A impossibilidade de proceder ao escoamento das águas — como seria desejável —, obrigaria assim à manutenção de parte do piso intermédio, encarado contudo como mera plataforma de observação, que se reduz às dimensões consideradas estritamente necessárias, desaparecendo em quase toda a extensão das naves laterais e ocupando apenas um tramo a toda a largura do espaço que constitui verdadeiramente o templo. E, desse modo, dada a permanência, até à recente regularização do leito do rio, do fenómeno sazonal das cheias, tornando impraticáveis as fachadas Norte (a principal) e Sul (onde se erguiam as dependências monásticas) em quase toda a sua extensão e, evidentemente, o acesso ao piso inferior, a entrada no edifício vem a realizar-se através de uma janela (a última da fachada meridional) induzindo, desse modo, o visitante num imprevisível equívoco de que leva algum tempo a refazer-se.

Ante as ruínas do que foi uma bela igreja trecentista semi-enterrada sob os depósitos aluviais e que fornecia, assim, de si mesma uma imagem falseada no que respeita ao lançamento dos volumes; privado, pela impossibilidade verificada até há pouco tempo de realizar escavações num terreno sem firmeza e permanentemente invadido pelo rio, de integrar o edifício, que lhe surgia isolado, no vasto conjunto monumental a que pertenceu e que se alongava até aos paramentos subsistentes do Paço da Rainha; forçado a

penetrar directamente no coro, que não no espaço destinado ao culto, ao nível artificial do piso intermédio — sem possibilidade, pois, de observar o espaço interno de baixo para cima, como seria desejável e como ele foi pensado — o turista, como o estudioso, não permaneceria, todavia, insensível, deixando-se suggestionar facilmente pelo poder evocativo dessa igreja deserta, povoada de memórias, de cujas águas emergem arcos descarnados, como que a sugerir vestígios de outro templo que dentro dele tivesse existido.

Na sua vã procura da *verdade*, o restauro empreendido pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais geraria, sem o querer, ambiguidades e indecisões que fizeram dele, talvez, o maior responsável pela criação desse clima de indefinível poesia que se evola das paredes de Santa-Clara-a-Velha e que encerra o segredo do seu proverbial encanto. Mas, sobretudo, também ele pertence já à história.

Agora, com outro espírito e em outro tempo, desenvolve-se finalmente uma campanha sistemática, não já de restauro, mas de recuperação do velho templo, com a finalidade de o dignificar e restituir à cidade como espaço de lazer e de cultura. Dispondo de outros meios, os presentes trabalhos detêm também uma maior responsabilidade, nascida da própria evolução dos conceitos de intervenção em edifícios históricos. E a cidade aguarda, suspensa, o momento de poder ajuizar dos resultados.